

Concessionaria da Rodovia MS 306 S.A.

Informações financeiras intermediárias acompanhadas do
relatório de revisão de informações trimestrais em
30 de setembro de 2025

Ref.: Relatório nº 25B4F-017-PB



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias	6
Informações financeiras intermediárias	8
Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025	15

A **Concessionária da Rodovia MS306 S.A.** apresenta os principais destaques financeiros e operacionais referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025. As informações a seguir, exceto quando indicado em contrário, são expressas em milhares de reais e elaboradas em conformidade com a legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As comparações realizadas referem-se, predominantemente, ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2024, salvo quando indicado o uso de dados anuais encerrados em 31 de dezembro de 2024, utilizados como base de referência para determinadas análises patrimoniais e contratuais.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Receita Operacional

	01/07/2025	01/07/2024		01/01/2025	01/01/2024	
	a	a	Var. %	a	a	Var. %
	30/09/2025	30/09/2024		30/09/2025	30/09/2024	
Receitas de pedágio	47.834	40.509	18%	123.999	111.003	12%
[-] Abatimento receita	-	-	-	-	(378)	-
[-] ISS	(2.392)	(2.026)	18%	(6.209)	(5.550)	12%
[-] PIS	(311)	(263)	18%	(806)	(722)	12%
[-] Cofins	(1.435)	(1.215)	18%	(3.720)	(3.330)	12%
Subtotal	43.696	37.005	18%	113.264	101.023	12%
Receitas com construção e infraestrutura (a)	30.975	44.094	-30%	93.804	121.472	-23%
Total	74.671	81.099	-8%	207.068	222.495	-7%

Receita de pedágio

A Receita de pedágios teve um crescimento de 12% no período em comparação ao mesmo do ano anterior mesmo devido ao crescimento do tráfego e reajuste da tarifa de pedágio.

A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio, pós-pagos e pedágio eletrônico (A.V.I), são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre a prestação de serviços.

Receita de construção

A receita de construção provenientes da realização de investimentos no ativo intangível, registrou uma redução de 23% nos primeiros nove meses de 2025, em comparação com o mesmo período do ano anterior, influenciado pelo maior volume de obras nos primeiros nove meses de 2024 para finalização das obras do contorno de Chapadão do sul – MS. finalizadas em outubro de 2024. A contrapartida desta receita de igual valor está contabilizada como custo de construção.

Custos e despesas e administrativas

Custos dos serviços prestados	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Var. %	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	Var. %
Pessoal	(2.926)	(3.311)	-12%	(9.447)	(10.235)	-8%
Serviços de terceiros	(1.973)	(2.443)	-19%	(8.071)	(6.941)	16%
Seguros e garantias	(254)	(274)	-7%	(822)	(818)	1%
Custos contratuais da concessão	(485)	(458)	6%	(1.490)	(1.360)	10%
Verba da polícia rodoviária federal	(202)	(205)	-1%	(649)	(719)	-10%
Materiais/equipamentos/veículos	(855)	(937)	-9%	(2.744)	(2.951)	-7%
Provisão para manutenção	-	(5.971)	-	(10.804)	(17.913)	-40%
Depreciação/amortização	(10.303)	(10.300)	0%	(28.976)	(29.024)	-0,2%
Provisão para contingências	(288)	(154)	-	(288)	(248)	-
Perdas de receitas de pedágio (f)				(775)		-
Outros	(371)	(311)	19%	(1.095)	(834)	31%
subtotal	(17.657)	(24.364)	-28%	(65.161)	(71.043)	-8%
Custos com construção e infraestrutura	(30.975)	(44.094)	-30%	(93.804)	(121.472)	-23%
Total	(48.632)	(68.458)	-29%	(158.965)	(192.515)	-17%

Comentamos as principais variações de custos e despesas do exercício:

Pessoal

Tivemos uma ligeira redução nos nove primeiros meses de 2025 relação ao mesmo período de 2024 de 9%, devido a transferências de funcionários entre empresas do grupo.

Serviços de terceiros

Os serviços de terceiros tiveram um acréscimo de 16%, no período de nove meses de 2025 em comparação ao mesmo período do ano anterior devido a contratação de novos serviços de engenharia e operações.

Seguros

O aumento de 1% em comparação ao mesmo período anterior, deve-se ao aumento de custos na renovação das apólices, adicionado a evolução das obras, gerando impacto nos seguros de engenharia.

Provisão para Manutenção

A constituição da provisão para manutenção da rodovia é para fazer frente a cada item a serem recuperados de acordo com o P.E.R - Programa de exploração rodoviária partir de outubro de 2025.

Custos com construção e infraestrutura

A redução de 23% em comparação ao mesmo período do ano anterior, deve-se a finalização de obras, em especial, o contorno de Chapadão do Sul – MS em outubro de 2024.

Resultado Financeiro

Resultado financeiro	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Var. %	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	Var. %
Rendimento de aplicações financeiras	737	427	73%	2.215	1.424	56%
Descontos obtidos	29	31	-6%	43	45	-4%
Juros ativos	395	-	-	395	-	-
Receita financeira - AVP	-	2.649	-	1.802	7.993	-77%
Outras receitas financeiras	1	2	-50%	1	11	-91%
Total das receitas financeiras	1.162	3.109	-63%	4.456	9.473	-53%
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(55)	(21)	162%	(135)	(71)	90%
Despesas financeiras	(137)	(35)	291%	(270)	(172)	57%
Juros sobre debêntures	(8.642)	(428)	1919%	(29.757)	(1.398)	2029%
Juros Fornecedores	(1.680)	(1.088)	100%	(5.605)	(3.592)	56%
Atualização outorga fixa	(94)	(2.653)	-96%	(3.696)	(2.927)	26%
Despesa financeira - AVP	(2.670)	(3.510)	-24%	(11.050)	(10.576)	4%
Custo de transação debêntures	(604)	-	-	(1.745)	-	-
Custo de transação Financiamento - FDCO	(56)	-	-	(94)	-	-
Juros sobre empréstimos	(2.274)	(372)	511%	(4.209)	(416)	912%
Total das despesas financeiras	(16.212)	(8.107)	100%	(56.561)	(19.152)	195%
Resultado financeiro líquido	(15.050)	(4.998)	201%	(52.105)	(9.679)	438%

O resultado financeiro em 30 de setembro de 2025, comparado com 30 de setembro de 2024, teve um crescimento de 438 %, em seu saldo negativo, devido finalização da capitalização de juros das debêntures no período.

Ebitda

EBITDA	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	Var. %	01/01/2025 a 30/09/2025	01/01/2024 a 30/09/2024	Var.%
Lucro / (Prejuízo) líquido do período	10.182	5.381	89%	(3.093)	14.306	(122%)
(+) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	(808)	(2.252)	(64%)	794	(6.014)	(113%)
(+) Resultado financeiro	15.050	4.998	201%	52.105	9.679	438%
(+) Depreciações e amortizações	10.303	10.300	0%	28.976	29.024	0%
Ebitda (a)	34.727	18.427	88%	78.782	46.995	68%
(+) Obrigações com infraestrutura a realizar	-	5.971	(10%)	10.804	17.913	(40%)
Ebitda ajustado (b)	34.727	24.398	64%	89.586	64.908	46%

(a) O EBITDA é calculado por: lucro líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pela despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelos custos e despesas de depreciações e amortizações.

(b) Desconsidera os impactos do IFRS em relação a obrigações com infraestrutura a realizar

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Luiz Eduardo Toledo Prado, 870 -
6º andar, Sala 602 - Vila do Golf -
Ribeirão Preto (SP) Brasil
T +55 16 3103-8940
www.grantthornton.com.br

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.
Chapadão do Sul – MS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, da Concessionaria da Rodovia MS 306 S.A. (Companhia), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as Informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações intermediárias acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de novembro de 2025

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-036.768/O-4 F SP



Marcelo Castro Valentini
Contador CRC 1SP-239.472/O-2

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Ativo

	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.918	5.384
Aplicações financeiras vinculadas	6	16.947	14.135
Operações a receber	7	16.175	10.488
Contas a receber partes relacionadas	17	11	11
Despesas antecipadas	8	1.050	477
Impostos a recuperar	9	818	2.901
Outras contas a receber		246	320
Total do ativo circulante		41.165	33.716
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	30.649	27.703
Imobilizado	10	5.105	6.192
Intangível	11	1.048.708	980.568
Total do ativo não circulante		1.084.462	1.014.463
Total do ativo		1.125.627	1.048.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024

(Em milhares de reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	3.504	1.983
Debêntures	19	4.936	507
Fornecedores e outras contas a pagar	13	42.934	50.690
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	1.663	1.265
Obrigações fiscais	15	2.818	2.003
Outorga concessão a pagar	11	12.441	11.965
Obrigações com o poder concedente	16	985	705
Partes relacionadas	17	7.780	6.025
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	17.820	17.820
Total do passivo circulante		94.881	92.963
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	18	61.136	5.575
Debêntures	19	401.745	383.295
Outorga concessão a pagar	11	234.636	235.666
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	484	231
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	52.370	50.784
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	60.149	46.346
Total do passivo não circulante		810.520	721.897
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		166.010	166.010
Reserva legal		2.866	2.866
Reserva especial dividendos não distribuídos		54.443	54.443
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	10.000
Prejuízo acumulado		(3.093)	-
Total do patrimônio líquido		220.226	233.319
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.125.627	1.048.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado
para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	01/07/2025 até 30/09/2025	01/01/2025 até 30/09/2025	01/07/2024 até 30/09/2024	01/01/2024 até 30/09/2024
Receita operacional líquida	23	43.696	113.264	37.005	101.023
Receitas com construção e infraestrutura	23	30.975	93.804	44.094	121.472
Receitas extraordinárias		1	119	2	26
Custos com construção e infraestrutura	24	(30.975)	(93.804)	(44.094)	(121.472)
Custos dos serviços prestados	24	(13.372)	(49.793)	(16.833)	(49.032)
Resultado bruto		30.325	63.590	20.174	52.017
Despesas gerais e administrativas	24	(4.285)	(15.368)	(7.533)	(22.011)
Outras Despesas Operacionais		-	(4)	(10)	(7)
Lucro líquido antes do resultado financeiro e impostos		26.040	48.218	12.631	29.999
Resultado financeiro	25	(15.050)	(52.105)	(4.998)	(9.679)
Resultado antes dos impostos		10.990	(3.887)	7.633	20.320
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(822)	(822)	(994)	(1.440)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12	14	1.616	(1.258)	(4.574)
Resultado líquido do período		10.182	(3.093)	5.381	14.306
Resultado por ação	26				
Lucro (prejuízo) por ação - básico	-	0,07	(0,02)	0,04	0,10
Lucro (prejuízo) por ação - diluído	-	0,07	(0,02)	0,04	0,10

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	01/07/2025 até 30/09/2025	01/01/2025 até 30/09/2025	01/07/2024 até 30/09/2024	01/01/2024 até 30/09/2024
Resultado líquido do exercício	10.182	(3.093)	5.381	14.306
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultados abrangentes do exercício	10.182	(3.093)	5.381	14.306

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os períodos nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Reserva legal	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva especial dividendos não distribuídos	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2024	146.010	-	1.827	-	34.688	182.525
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	20.000	-	20.000
Resultado líquido do período	-	14.306	-	-	-	14.306
Saldos em 30 de setembro 2024	146.010	14.306	1.827	20.000	34.688	216.831
Saldos em 31 de dezembro de 2024	166.010	-	2.866	10.000	54.443	233.319
Devolução Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	(10.000)	-	(10.000)
Resultado líquido do período	-	(3.093)	-	-	-	(3.093)
Saldos em 30 de setembro 2025	166.010	(3.093)	2.866	-	54.443	220.226

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para os períodos nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(3.887)	20.320
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciações do imobilizado	10	1.511	1.515
Amortização do intangível	11	35.516	27.506
Baixas liquidas do intangível	11	-	7
Baixas liquidas do imobilizado	10	109	45
Juros de debêntures	19	32.969	30.508
Custos de transação debêntures	19	1.804	1.793
Juros de empréstimos e financiamentos	18	2.705	322
Atualização outorga fixa e AVP	11	1.893	2.927
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	21	253	147
Obrigações com infraestrutura a realizar	20	13.803	20.496
Juros de mútuo	17	1.459	-
Variação líquida dos ativos e passivos operacionais			
Operações a receber	7	(5.687)	(1.809)
Contas a receber partes relacionadas	17	-	363
Despesas antecipadas	8	(573)	(255)
Impostos a recuperar	9	2.083	2.732
Outras contas a receber		74	(63)
Fornecedores e outras contas a pagar	13	(7.756)	8.805
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	14	398	711
Obrigações fiscais	15	815	(206)
Obrigações com o poder Concedente		280	308
Outras contas a pagar		-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(566)	(750)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		77.203	115.422
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	10	(532)	(169)
Adições ao intangível	11	(93.804)	(121.478)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(94.336)	(121.647)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	18	60.276	6.892
Pagamento de empréstimos e financiamento	18	(667)	(203)
Partes relacionadas	17	296	3.415
Pagamento de juros de empréstimos e financiamento	18	(560)	-
Custos de transação novas captações	18	(4.672)	-
Captação de Mútuo		-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	22	(10.000)	20.000
Pagamento de juros debêntures	19	(11.894)	(11.387)
Pagamento outorga fixa	11	(12.300)	(11.661)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		20.479	7.056
Amento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.346	831
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	05 e 06	19.519	24.212
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	05 e 06	22.865	25.043
Amento líquido de caixa e equivalentes de caixa		3.346	831

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

Concessionária da Rodovia MS 306 S.A.

Demonstrações do valor adicionado
para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Prestação de serviços	123.999	110.624
Receita dos serviços de construção	93.804	77.378
Receitas extraordinárias	1	23
Total	217.804	188.025
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados e com construção e infraestrutura	(106.884)	(104.448)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(4.604)	(4.551)
Total	(111.488)	(108.999)
Valor adicionado bruto	106.316	79.026
Depreciações e amortizações	(37.027)	(29.021)
Valor adicionado líquido produzido	69.289	50.005
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.456	9.473
Total	4.456	9.473
Valor adicionado total a distribuir	73.745	59.478
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	5.831	6.422
Benefícios	1.637	1.723
FGTS	400	429
Impostos, taxas e contribuições		
Federais (incluindo IOF)	5.205	11.673
Estaduais	54	54
Municipais	6.209	5.551
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	57.270	19.081
Aluguéis	232	239
Remuneração de capitais próprios		
Resultado líquido do exercício	(3.093)	14.306
Valor adicionado total distribuído	73.745	59.478

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

1. Contexto operacional

A Concessionária de Rodovia MS 306 S.A. (“Companhia”) é uma Companhia Anônima de capital fechado, com sede na Av. Dois, nº 1.947, Centro, Chapadão do Sul – Mato Grosso do Sul – MS, que iniciou suas atividades em 24 de janeiro de 2020.

A Companhia tem por objeto social específica e exclusivamente, nos termos do Edital de Concorrência nº 001/2019 (“Edital”), a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade de trechos da Rodovia Estadual MS – 306 e da rodovia Federal BR-359 nos termos do Contrato de Concessão (“Rodovia e “Concessão”); celebrado com o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul – MS, por intermédio da Secretaria de Estado de Infraestrutura do Estado de Mato Grosso do Sul (Seinfra), em 19 de março de 2020.

A concessão possui um prazo de 30 anos e tem como objeto a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, apoio na execução dos serviços não delegados e gestão de serviços complementares. É explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A cobrança da Tarifa de Pedágio iniciou em 09 de abril de 2021, após a conclusão dos trabalhos iniciais, de acordo com o estabelecido no Programa de Exploração da Rodovia (PER).

O presente contrato poderá ser prorrogado, a exclusivo critério do Poder Concedente, por até 30 (trinta) anos, nas seguintes hipóteses:

- Pela presença do interesse público, devidamente justificado;
- Em decorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovada; e
- Em decorrência de fato da administração ou fato de príncipe, devidamente comprovado.

Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando exigidos pelo Poder Concedente novos investimentos ou serviços, não previstos no Programa de Exploração da Rodovia (PER), ou em decorrência de sua alteração.

Conforme definido pela Seinfra, o contrato de concessão estabelece os compromissos assumidos pela Companhia através do Programa de Exploração da Rodovia (PER), demonstrando todas as metas, critérios, requisitos, intervenções obrigatórias, diretrizes técnicas, normas, escopo, parâmetros de desempenho, parâmetros técnicos e os respectivos prazos para seu atendimento, divididos em três frentes:

- Frente de melhorias operacionais;
- Frente de ampliação de capacidade e manutenção de nível de serviço; e
- Frente de serviços operacionais.

Encerrado o prazo de Concessão, serão revertidos à União todos os bens reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato.

Decorrente desta concessão, a Companhia assumiu os seguintes compromissos:

Pagamento de direito de outorga no valor total de R\$ 605.306, dos quais R\$ 115.008 foram pagos à vista e o saldo devedor em 29 parcelas anuais, reajustadas pela variação do IPCA a partir de 2021.

Apesar de não possuir compromisso contratual de registro simples na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui o compromisso, contratual, de seguir as regras constantes da Cartilha de Governança Corporativa da CVM.

Continuidade operacional

A Administração da Companhia avaliou os pressupostos de continuidade operacional (going concern), conforme previsto nas normas contábeis brasileiras e internacionais. Apesar do resultado líquido negativo acumulado até setembro de 2025, a Companhia possui contrato de concessão com prazo de 30 anos, com possibilidade de prorrogação, o que garante horizonte de longo prazo para geração de receitas e amortização de investimentos.

Além disso, a Companhia concluiu a primeira fase do projeto de concessão, mantém fluxo de caixa operacional positivo, e conta com instrumentos de financiamento de longo prazo, como debêntures e recursos captados junto ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO). Também estão em andamento ações de melhoria de eficiência operacional e otimização de custos.

Com base nesses fatores, a Administração conclui que não existem incertezas relevantes que levantem dúvidas significativas quanto à capacidade da Companhia de continuar operando normalmente no curso dos negócios. As demonstrações financeiras foram, portanto, elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas em conformidade com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária, bem como com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis às Informações Trimestrais (ITR). A base de preparação das demonstrações financeiras é o custo histórico, exceto nos casos em que as práticas contábeis descritas nas notas explicativas indicam outra forma de mensuração, conforme os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em atendimento à Orientação OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, este relatório apresenta exclusivamente as informações relevantes relacionadas às demonstrações financeiras, ou seja, aquelas efetivamente utilizadas pela Administração na condução da gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis adotadas nas demonstrações anuais encerradas em 31 de dezembro de 2024, aprovadas pela Administração em 31 de março de 2025. Por esse motivo, recomenda-se que estas informações sejam analisadas em conjunto com as demonstrações anuais mencionadas.

As notas explicativas que não sofreram alterações significativas em relação às demonstrações de dezembro de 2024 não foram reproduzidas integralmente neste relatório. No entanto, foram incluídas informações selecionadas que ajudam a compreender as mudanças na posição financeira e no desempenho operacional da Companhia desde a última divulgação anual.

A emissão destas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração em 14 de novembro de 2025.

3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias requer julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. Tais estimativas são revisadas periodicamente pela administração, e os efeitos das alterações são reconhecidos no período da revisão e nos períodos futuros afetados.

As principais áreas que envolvem julgamentos e estimativas significativas incluem:

- A determinação da vida útil e recuperabilidade do imobilizado e do ativo intangível, incluindo testes de impairment;
- A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos, com base em projeções de lucros tributáveis futuros;
- A constituição de provisões para riscos processuais, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios;
- A mensuração e reconhecimento de ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme ICPC 01;
- A estimativa de provisão para manutenção e recomposição da infraestrutura rodoviária, considerando os níveis de serviço exigidos contratualmente;
- A mensuração de receitas de construção e infraestrutura, com base no estágio de execução dos serviços;
- A projeção de receitas futuras de pedágio, considerando estimativas de tráfego e elasticidade de demanda;
- A mensuração de passivos contratuais e regulatórios, como o ônus de fiscalização e obrigações com o Poder Concedente.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas.

As seguintes alterações de normas foram emitidas e aprovadas pelo IASB e pela CVM, mas não estão em vigor para o exercício de 2025:

- Resolução CVM nº 193/23, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CVM nº 219/24 e no 227/25 – Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board (ISSB). A implementação está prevista para 1º de janeiro de 2026.
- Alterações ao IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, com implementação prevista para 1º de janeiro de 2027.
- Alterações ao IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, com implementação prevista para 1º de janeiro de 2027.
- Reforma tributária (Lei Complementar nº 214/2025) – Em decorrência da Emenda Constitucional no 132/2023, que alterou o Sistema Tributário Nacional, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025, que inaugura a regulamentação da Reforma Tributária sobre o Consumo. A nova legislação institui os tributos CBS, IBS e IS, com substituição progressiva dos atuais PIS, Cofins, ICMS e ISS até 2033. O cronograma de transição prevê, para 2027, a substituição do PIS/Cofins pela CBS e, para 2029, o início da substituição do ICMS/ISS pelo IBS. Os principais impactos dizem respeito à eliminação de benefícios fiscais e à introdução da não cumulatividade plena, permitindo a apropriação integral de créditos sobre aquisições de bens e serviços, sem as limitações do atual sistema tributário.

Além dessas normas, a Companhia acompanha outras propostas e alterações relevantes em discussão ou com implementação futura, como a minuta do Pronunciamento Técnico CPC 51, que visa alinhar a apresentação das demonstrações contábeis à IFRS 18; as alterações à IAS 21 sobre convertibilidade cambial; mudanças na classificação de instrumentos financeiros (IFRS 9 e IFRS 7); a proposta de revisão do método da equivalência patrimonial (IAS 28); e os padrões de sustentabilidade IFRS S1 e S2. A Companhia está avaliando os potenciais impactos dessas normas e manterá o mercado informado sobre eventuais efeitos relevantes.

A Companhia está acompanhando os potenciais impactos decorrentes das novas normas contábeis e, até o momento, não espera efeitos relevantes para o exercício de 2025. No entanto, destaca-se que a Resolução CVM nº 193/23, o IFRS 18 e a Reforma Tributária (Lei Complementar no 214/2025) poderão gerar impactos significativos após sua entrada em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	280	280
Conta corrente	4.847	309
Numerários em trânsito	514	1.040
Aplicações financeiras	277	3.755
Total	5.918	5.384

As aplicações financeiras correspondem aos Fundos de Investimento e CDBs. Os Fundos de Investimento referem-se à aplicação em renda fixa simples em Banco de primeira linha, com prazo determinado de duração. O fundo conta com carteira simplificada e com performance atrelada à Selic, e com remuneração de 110% do CDI no período.

As aplicações em CDBs com modalidade pós – DI com remuneração controlada entre 95% e 114% do CDI, ou aplicação automática dos recursos disponíveis em conta corrente com remuneração que pode variar entre 25% e 80% do CDI.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	30/09/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Reserva	12.590	12.227
Aplicações financeiras vinculadas - Conta Provisão	4.357	1.908
Total	16.947	14.135

Os saldos em conta reserva e conta provisão, contas vinculadas as emissões de debêntures da companhia, estão em aplicações financeiras realizadas em CDB com liquidez diária e indexadas ao certificado de depósito interbancário – CDI com taxa média de 100%.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros e a uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 27

7. Operações a receber

	30/09/2025	31/12/2024
Pedágio eletrônico a receber	15.988	10.129
Vale pedágio a receber	-	129
Cartões de crédito a receber	187	230
Total	16.175	10.488

As contas a receber da Companhia são originadas da arrecadação nas praças de pedágios, principalmente decorrente do uso de instrumentos eletrônicos, ou seja, toda forma de arrecadação que não seja papel.

Em 30 de setembro de 2025, a administração da Companhia entende que não se faz necessária a constituição de Provisão para perda esperada de créditos sobre o saldo de contas a receber, tendo em vista que o montante total de contas a receber é substancialmente composto por créditos com Companhias de arrecadação eletrônica, para as quais inexistente histórico de inadimplência.

A companhia pode ainda solicitar a antecipação dos recebíveis de pedágio, mediante cobrança de taxas pelas operadoras de cobrança eletrônica.

A Companhia avaliou o Ajuste a Valor Presente dos seus saldos de contas a receber de clientes na data-base de 30 de setembro de 2025, e concluiu que os valores se equiparam substancialmente aos valores contábeis apresentados nas Informações financeiras intermediárias.

8. Despesas antecipadas

	30/09/2025	31/12/2024
Seguros a apropriar (a)	820	475
IPVA a apropriar (b)	17	2
Encargos financeiros a apropriar (c)	213	-
Total	1.050	477

(a) Corresponde às despesas com seguros contratados pela Companhia, que possuem prazo de cobertura de até 12 meses, e que vem sendo apropriadas ao resultado ao longo desse período;

(b) Corresponde às despesas com IPVA pagas em cota única pela Companhia, que será apropriada no resultado em 12 meses;

(c) Corresponde à antecipação de custo de transação para nova emissão de debêntures.

9. Impostos a recuperar

	30/09/2025	31/12/2024
Imposto retido de aplicação financeira (a)	816	2.897
IOF de aplicação financeira (b)	-	4
I.S.S. (c)	2	-
Total	818	2.901

(a) Imposto de renda retido sobre aplicações financeiras;

(b) I.O.F. referente novas aplicações financeiras;

(c) I.S.S. Pagamento indevido a maior.

10. Imobilizado

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido 30/09/2025	Líquido 31/12/2024
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Baixas	Saldos		
		31/12/2024			30/09/2025	31/12/2024			30/09/2025		
Imobilizado da Administração	10%	2.862	44	(8)	2.898	(1.522)	(280)	4	(1.798)	1.100	1.341
Máquinas e Equipamentos	10%	5.014	64	-	5.078	(1.869)	(378)	-	(2.247)	2.831	3.144
Veículos	20%	5.648	424	(234)	5.838	(3.940)	(853)	129	(4.664)	1.174	1.707
Total		13.524	532	(242)	13.814	(7.331)	(1.511)	133	(8.709)	5.105	6.192

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custos				Depreciação				Líquido 31/12/2024
		Saldos	Adições	Baixas	Saldos	Adições	Baixas	Saldos		
		31/12/2023			31/12/2024			31/12/2023	31/12/2024	
Imobilizado da Administração	10%	2.791	72	-	2.863	(1.117)	(405)	-	(1.522)	1.341
Máquinas e Equipamentos	10%	4.999	24	(10)	5.013	(1.372)	(500)	3	(1.869)	3.144
Veículos	20%	5.603	191	(146)	5.648	(2.928)	(1.122)	111	(3.941)	1.707
Total		13.393	287	(156)	13.524	(5.417)	(2.027)	114	(7.332)	6.192

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 (em milhares de reais)

11. Intangível

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização				Líquido 30/09/2025	Líquido 31/12/2024
		Saldos	Adições	Transferência	Baixas	Saldos	Saldos	Adições	Saldos		
		31/12/2024				30/09/2025					
Intangível em operação	3,80%	559.239	-	224.592	-	783.831	(32.601)	(19.821)	(52.422)	731.409	526.638
Intangível em andamento	-	144.483	93.804	(224.592)	-	13.695	-	-	-	13.695	144.483
Licenças de uso de softwares	-	456	-	-	-	456	(343)	(58)	(401)	55	113
Direito de Outorga Concessão	3,33%	605.306	-	-	-	605.306	(77.659)	(15.637)	(93.296)	512.010	527.647
Ajustes Valor Presente											
(A.V.P) Outorga	-	(267.114)	-	-	-	(267.114)	48.801	1.802	50.603	(216.511)	(218.313)
Amortização AVP direito de outorga	-	-	-	-	-	-	-	8.050	8.050	8.050	-
Total		1.042.370	93.804	-	-	1.136.174	(61.802)	(25.664)	(87.466)	1.048.708	980.568

	Taxas médias anuais de amortização %	Custos				Amortização				Líquido	
		Saldos				Saldos			Saldos		
		31/12/2023	Adições	Transferência	Baixas	31/12/2024	31/12/2023	Adições	Realização A.V.P. Outorga		31/12/2024
Intangível em operação (a)	3,80%	341.056	-	218.183	-	559.239	(15.853)	(16.748)	-	(32.601)	526.638
Intangível em andamento (a)	-	188.812	173.862	(218.183)	(8)	144.483	-	-	-	-	144.483
Licenças de uso de softwares (b)	20%	450	6	-	-	456	(253)	(90)	-	(343)	113
Direito de Outorga Concessão (c)	3,33%	605.306	-	-	-	605.306	(56.811)	(20.848)	-	(77.659)	527.647
Ajustes Valor Presente (A.V.P) Outorga		(267.114)	-	-	-	(267.114)	38.129	-	10.672	48.801	(218.313)
Total		868.510	173.868	-	(8)	1.042.370	(34.788)	(37.686)	10.672	(61.802)	980.568

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. O critério para amortização do ativo intangível é com base no tempo de concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada custos dos serviços prestados, nas demonstrações de resultado.

(a) Refere-se aos ativos intangíveis vinculados à concessão, incluindo obras em andamento e ativos em operação.

(b) Refere-se às licenças de uso de softwares adquiridas pela Companhia.

(c) Refere-se ao direito de outorga da concessão, registrado conforme ICPC 01.

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 (em milhares de reais)

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Companhia registrou o saldo de outorga a pagar decorrente das obrigações a pagar do ônus da concessão, conforme demonstrado a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Valor da outorga	605.306	605.306
Pagamento – outorga fixa	(161.138)	(148.838)
Atualização outorga	13.172	9.476
Ajuste ao valor presente – taxa desconto 4,50% (taxa de juros real compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga)	(267.114)	(267.114)
Amortização A.V.P.	56.851	48.801
Direito de outorga concessão	247.077	247.631
Circulante	12.441	11.965
Não circulante	234.636	235.666

	30/09/2025	31/12/2024
Movimentação da outorga		
Saldo inicial	247.631	245.508
Pagamento outorga fixa	(12.300)	(11.661)
Atualização outorga	3.696	3.113
Realização AVP	8.050	10.671
Direito de outorga concessão	247.077	247.631

12. Conciliação do imposto de renda e contribuição social diferido

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real em 30 de setembro de 2025 do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado para o exercício findo em 30 de setembro de 2025 está evidenciada a seguir:

Os créditos tributários a compensar são calculados sobre os seguintes valores base:

	30/09/2025	30/09/2024
Resultado antes dos impostos	(3.887)	20.320
Alíquota nominal vigente	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal vigente	1.322	(6.908)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Diferenças permanentes adições (exclusões):		
Adições / exclusões permanentes	(528)	894
Despesas com imposto de renda e contribuição social		
Imposto corrente	(822)	(1.440)
Imposto diferidos	1.616	(4.574)
Total	794	(6.014)
Alíquota efetiva imposto - corrente	20,43%	29.60%

Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos em sua totalidade de acordo com as premissas futuras e com confiabilidade suficiente que permitisse o registro do ativo fiscal diferido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 – “Tributos sobre o lucro”.

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 (em milhares de reais)

Os impostos de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Ativos		Passivos		Líquido		Resultado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Prejuízo fiscal gastos pré-operacionais (a)	1.056	2.636	-	-	(1.056)	(2.636)	(1.581)	(2.108)
Prejuízo fiscal (b)	2.921	3.176	-	-	(2.921)	(3.176)	-	73
Obrigações com infraestrutura a realizar (c)	26.508	21.815	-	-	(26.508)	(21.815)	4.693	9.292
Despesas financeiras debêntures capitalizadas (d)	-	-	42.072	41.981	42.072	41.981	(1.495)	(13.535)
Custos de transação debêntures capitalizadas (d)	-	-	8.734	8.803	8.734	8.803	(90)	-
Custos de transação F.D.C.O capitalizadas (e)	-	-	1.564	-	1.564	-	-	-
Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais (f)	164	76	-	-	(164)	(76)	89	52
Total dos impostos diferidos	30.649	27.703	52.370	50.784	21.721	23.081	1.616	(6.226)

(a) A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e contribuição social por ter sua origem em despesas pré-operacionais, são amortizados em 60 meses a partir de abril de 2021 quando deu início à arrecadação de pedágios pela Companhia;

(b) De acordo com o CPC 32 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuro determinado em estudo técnico aprovado pela administração, o prejuízo fiscal apurado pela Companhia dentro do mesmo exercício são reconhecidos como ativo diferido de base negativa;

(c) As Provisões com infraestrutura a realizar são constituídas para fazer frente aos compromissos operacionais visando manter serviços adequados e de qualidade, em especial o pavimento e sinalização;

(d) De acordo com CPC 20(R1), os juros das debêntures e custos de transação foram capitalizados, líquidos das receitas financeiras geradas pelos recursos ainda não utilizados;

(e) Capitalização dos custos de transação F.D.C.O.;

(f) Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais.

13. Fornecedores e outras contas a pagar

	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	13.671	27.009
Fornecedores nacionais – Risco Sacado (i)	13.290	19.924
Fornecedores – Partes Relacionadas (Nota Explicativa nº 17)	11.128	-
Caução retida fornecedores	4.508	3.583
Seguros a pagar	337	165
Outras contas a pagar	-	9
Total	42.934	50.690

(i) Refere-se a fornecedores que tiveram seus recebíveis descontados com instituições financeiras que possuem convênio com a Companhia. A Companhia não incorre em juros adicionais para o banco sobre os valores devidos aos fornecedores, sendo assim, a Companhia não desreconheceu os passivos aos quais a transação de risco sacado se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao entrar ou fazer parte das transações de risco sacado. A Companhia divulga os valores contabilizados pelos fornecedores na rubrica de “fornecedores – risco sacado”, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar com fornecedores. Os pagamentos junto a referida instituição financeiras são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece, ou seja, pagamentos pela compra de bens e serviço.

14. Obrigações trabalhistas e encargos sociais

	30/09/2025	31/12/2024
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS)	190	198
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF)	10	27
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	52	66
Provisão de férias e encargos	1.411	974
Total	1.663	1.265

15. Obrigações fiscais

	30/09/2025	31/12/2024
I.R.P.J. a recolher	409	-
C.S.L.L. a recolher	158	-
IRRF terceiros	22	11
INSS terceiros	10	115
CSLL terceiros	15	19
PIS/Cofins e CSLL terceiros	42	20
PIS sobre receita de pedágio	94	72
PIS sobre receitas financeiras	2	1
PIS Suspenso conforme liminar	142	101
Cofins sobre receita de pedágio	435	331
Cofins sobre receitas financeiras	10	7
Cofins suspenso conforme liminar	655	468
ISS sobre receita de pedágio	764	581
ISS terceiros	60	277
Total	2.818	2.003

16. Obrigações com o poder concedente

	30/09/2025	31/12/2024
Convênio Polícia Rodoviária Federal	823	552
Verba de Fiscalização - AGMS	135	127
Verba de Administração - EPE	27	26
Total	985	705

17. Partes relacionadas

Ativo	31/12/2024	Adições	Baixas	30/09/2025
	Saldos			Saldos
Ativo	Ativo			Ativo
Elo4 Administração e Participações S.A.	11	19	(30)	-
Way MS 112 (b)	-	36	(25)	11
Total	11	38	(43)	11

Passivo	Saldos	Adições	Baixas	Saldos
	Passivo			Passivo
Passivo				
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda.	-	9.161	(3.869)	5.292
Migra BR Engenharia e Tecnologia Ltda.	-	5.220	-	5.220
Migra BR Engenharia e Tecnologia Ltda.	-	616	-	616
Fornecedores (partes relacionadas) NE 13	-	14.997	(3.869)	11.128
Way MS 112 (b)	750	296	-	1.046
GLP O Participações S.A. (c)	5.275	1.459	-	6.734
Partes relacionadas	6.025	1.755	-	7.780
Total	6.025	11.435	(3.774)	13.686

Custos de Construção / intangível	Relacionamento	Total período
Engenharia e Comércio Bandeirantes Ltda. (a)	Acionista	9.161
Migra BR Engenharia e Tecnologia Ltda. (a)	Grupo	616
Migra BR Engenharia e Tecnologia Ltda. (a)	Grupo	5.520
Total		15.297

(a) Execução de obras do PER (ex: serviços de recuperação do pavimento, implantação de CFTV, gerenciamento de projetos de Capex e engenharia) por empresas relacionadas a Companhia o total das transações foram adicionadas ao intangível;

(b) Reembolso de despesas compartilhadas sem incidência de juros, liquidada no curso normal das atividades;

(c) Mútuos para execução de obras, com incidência de juros de IPCA + 12% a.a. e previsão de liquidação até dezembro de 2025.

Remuneração dos administradores

O valor total de remuneração atribuído aos diretores no período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024, aprovado em janeiro de 2025 e 2024, é de R\$ 709 e R\$ 743 respectivamente. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração da Companhia.

18. Empréstimos e financiamentos

Nº contrato	Modalidade de	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 30/09/2025	Saldo em 31/12/2024
440090771180	Finame - BNDES	Sicredi	IPCA 6,15% a.a+ Fator BNDES 3,83 a.a.	05/06/2023	05/06/2026	83	176
6134034	C.C.B.	Banco Bradesco (i)	Selic BNDES D2-CET 12,9545% a.a.	13/06/2024	15/06/2027	7.222	7.382
333.303.482		Fundo de Desenv. do Centro-Oeste - FDCO. (ii)	IPCA +8,325% a.a	23/05/2025	01/12/2044	62.007	-
		(-) Custo de transação				(4.672)	-
Total						64.640	7.558
Circulante						3.504	1.983
Não circulante						61.136	5.575

Estão representados por:

Abertura dos pagamentos dos empréstimos classificados no não circulante:

Ano de vencimento	30/09/2025	31/12/2024
2025	-	5.520
2026	1.656	55
2027	4.914	-
2028 a 2044	54.566	-
Saldo final	61.136	5.575

Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo inicial	7.558	358
Captação	60.276	6.892
(-) Custo de transação	(4.672)	-
Atualização Juros	2.705	598
Pagamentos juros	(560)	(68)
Pagamentos principal	(667)	(222)
Saldo final	64.640	7.558

(i) Os empréstimos e financiamentos são garantidos pelo aval dos acionistas;

(ii) O Contrato de abertura de crédito fixo nº 333.303.482 - FDCO, tem as seguintes cláusulas de vencimento antecipado e garantias:

Covenants

O contrato de financiamento celebrado com o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO) estabelece cláusulas financeiras e operacionais que devem ser observadas pela Companhia, conforme segue:

Índices financeiros

• Dívida Líquida/EBITDA:

- Até 31/12/2024: menor ou igual a 4,5
- Exercício de 2025: menor ou igual a 4,0
- Exercício de 2026: menor ou igual a 3,75
- A partir de 2027: menor ou igual a 3,5

A apuração é anual, com base nas demonstrações contábeis auditadas. Em 30/09/2025, não há verificação formal, porém, a Companhia projeta conformidade para 31/12/2025.

• ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida): mínimo de 1,30, apurado semestralmente a partir de 2026.

Não aplicável na presente data-base.

Covenants operacionais

- Conclusão da 1a fase do projeto de concessão da Rodovia MS-306 até 31/12/2025.

Em 30/09/2025, a Companhia confirma estar em conformidade com este prazo.

Garantias

- Fiança bancária até a conclusão física e financeira do projeto.
- Cessão fiduciária da Conta Reserva e dos direitos sobre seus recursos, cujo saldo em 30/09/2025 é de R\$ 12.590 (vide Nota 6).

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia confirma estar em conformidade com todas as cláusulas contratuais aplicáveis, incluindo aquelas relacionadas ao cronograma da primeira fase do projeto de concessão da Rodovia MS-306.

Os covenants financeiros previstos no contrato não são exigíveis nesta data-base, sendo sua apuração condicionada aos prazos e critérios estabelecidos no cronograma contratual. Não obstante, na referida data, a Companhia atende integralmente às cláusulas contratuais vigentes, incluindo aquelas de natureza financeira e não financeira.

19. Debêntures

Estão representados por:

Nº contrato	Modalidade	Banco	Encargos financeiros	Data início	Vencimento	Saldo em 30/09/2025	Saldo em 31/12/2024
		Coord. Lider					
		Banco BTG	IPCA + 6,0%				
C.V.M. 476	Debêntures	Pactual S.A.	a.a.	12/02/2021	15/06/2035	422.280	401.206
(-) Custo de transação a amortizar						(15.599)	(17.404)
Total						406.681	383.802
Circulante						4.936	507
Não circulante						401.745	383.295

Abertura dos pagamentos das debêntures classificados no não circulante:

Ano de vencimento	30/09/2025	31/12/2024
2026	28.930	27.597
2027	35.354	33.729
2028	26.113	24.914
2029	15.065	14.374
2030 a 2035	296.283	282.681
Total	401.745	383.295

Movimentação das debêntures

	30/09/2025	31/12/2024
Saldo inicial	383.802	362.551
Atualização juros	32.969	42.236
Pagamento de juros	(11.894)	(23.379)
Custo de transação	1.804	2.394
Saldo final	406.681	383.802

Cláusulas de Vencimento Antecipado das Debêntures

As debêntures são garantidas pela:

A emissão das debêntures tem cláusulas de vencimento antecipado conforme previsto na escritura:

Alienação fiduciária das ações da Companhia e cessão fiduciária dos direitos creditórios, como garantia contratual em caso de inadimplemento.

Cláusulas de Vencimento Antecipado das Debêntures

A emissão das debêntures da Companhia está vinculada a cláusulas de vencimento antecipado previstas na Escritura de Emissão, que podem ser acionadas mediante a ocorrência de eventos específicos, classificados como automáticos ou não automáticos, conforme os prazos de cura estabelecidos.

Entre os principais eventos de vencimento antecipado automático, destacam-se:

- Inadimplemento de obrigações pecuniárias, não sanadas em até 2 dias úteis;
- Decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção da Companhia;
- Destinação indevida dos recursos captados;
- Declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida financeira \geq R\$ 3.000, corrigido pelo IPCA.

Já os eventos não automáticos incluem:

- Pagamento de dividendos durante o descumprimento de covenants financeiros, até sua regularização;
- Alterações societárias relevantes sem anuência dos debenturistas;
- Protestos de títulos superiores a R\$ 8.000 até 31/12/2025, ou superiores a R\$ 3.000 após essa data;
- Descumprimento de cláusulas operacionais, como a conclusão da 1a fase do projeto até 31/12/2025;
- Perda, suspensão ou não renovação de autorizações essenciais à concessão.

A apuração dos covenants financeiros ocorre conforme cronograma contratual:

- **Dívida Líquida / EBITDA:**
 - Até 31/12/2024: $\leq 4,5$
 - Exercício de 2025: $\leq 4,0$
 - Exercício de 2026: $\leq 3,75$

- A partir de 2027: $\leq 3,5$
- Apuração: anual, com base nas demonstrações contábeis auditadas.
- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD):
 - Mínimo exigido: 1,30
 - Apuração: semestral, com início em 2026, com base nas informações contábeis auditadas dos últimos 12 meses encerrados em junho e dezembro.
 - Descumprimentos podem ser sanados por aporte de acionistas em até 30 dias após notificação.

As garantias das debêntures incluem:

- Alienação fiduciária das ações da Companhia;
- Cessão fiduciária de direitos creditórios.

Em 30 de setembro de 2025, não há exigência formal de apuração dos índices financeiros, conforme cronograma contratual. Ainda assim, a Companhia atende integralmente às cláusulas contratuais vigentes, tanto financeiras quanto operacionais, e projeta conformidade futura com os indicadores

20. Obrigações com infraestrutura a realizar

A Concessionária possui a obrigação contratual de atender as condições de conservação da rodovia estabelecidas pelo Programa de Exploração da Rodovia (PER). Para essas manutenções previstas, a administração optou por reconhecer um passivo contingente decorrente do desgaste da vida útil dos custos aplicados na conservação da infraestrutura da rodovia.

A provisão destes passivos está calculada com base nos fluxos de caixa previstos para fazer frente a cada item a serem recuperados e terão os desembolsos previstos a partir de 2025 e estão contabilizados a valor presente com uma taxa de 8,30% a.a., a qual representa o custo médio de capital da Companhia.

A Companhia contabiliza o Contrato de Concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e conforme a Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

Obrigações com infraestrutura a realizar:

Em 30 de setembro de 2025 o saldo das obrigações ajustados a valor presente é de R\$ 77.969 demonstrado a seguir:

	31/12/2024	Adições	30/09/2025
Obrigações com infraestrutura a realizar	81.554	14.063	95.617
AVP – Obrigações com infraestrutura a realizar	(17.388)	(260)	(17.648)
Total	64.166	13.803	77.969

O Investimento programado em manutenções inclui recapeamentos e sinalização de rodovias a cada cinco anos, cujos valores provisionados foram calculados com base no método do fluxo de caixa descontado considerando as datas em que se estima que haja saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações conforme cronograma a seguir:

Cronograma esperado de saídas

Ano de execução	30/09/2025
2025	17.820
2026	16.661
2027	17.534
2028 a 2029	25.954
Total	77.969

Indicação de incertezas

Os valores são estimados com base em dados técnicos pela melhor estimativa de utilização, e são revistos periodicamente, no mínimo uma vez ao ano para eventual adequação dos números provisionados, minimizando dessa forma as incertezas sobre a sua realização.

Principais premissas adotadas

A revisão periódica dos valores das obrigações com infraestrutura a realizar são para garantir os recursos suficientes para as intervenções na rodovia, estabelecidas no contrato de concessão.

21. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

	31/12/2024	Baixa	Adição	30/09/2025
Contingência cível	116	-	241	357
Contingência trabalhista	115	-	12	127
Total	231	-	253	484

A Companhia possui processos em razão do curso normal das operações. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para riscos processuais.

Em 30 de setembro de 2025, a provisão para riscos processuais, no montante de R\$ 484, refere-se aos processos prováveis de perdas e, com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, é considerada pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas.

Além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima, R\$ 5.858 em 30 de setembro de 2025, cuja avaliação dos assessores legais da Companhia aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas Informações contábeis intermediárias.

22. Patrimônio líquido

Capital social

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia é de R\$ 166.010 totalmente integralizado, e está representado por 166.010 ações Ordinárias.

Acionista	Ações em 30/09/2025		
	Subscritas	Integralizadas	Partic. %
Elo4 Administração e Participações S.A.	132.808.000	132.808.000	80%
GLP O Participações S.A.	33.202.000	33.202.000	20%
Total	166.010.000	166.010.000	100%

Reserva de lucros e distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado.

Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Reserva especial para dividendos não distribuídos e obrigatórios

Os dividendos serão distribuídos, quando a administração avaliar se a distribuição não comprometerá os investimentos futuros, a manutenção da atividade operacional e a saúde financeira da empresa, bem como o cumprimento de todos os covenants financeiros.

Adiantamento para futuro aumento de capital

No primeiro semestre de 2024, os acionistas realizaram um adiantamento para futuro aumento de capital com o objetivo de reforçar a estrutura financeira da Companhia. Contudo, com a captação de recursos junto ao Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste – FDCO (vide Nota Explicativa no 18), o referido adiantamento tornou-se desnecessário, sendo integralmente devolvido aos acionistas no curso normal das operações societárias.

23. Receita operacional líquida

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Receitas de pedágio	47.834	123.999	40.509	111.003
(-) Abatimento receita	-	-	-	(378)
(-) ISS	(2.392)	(6.209)	(2.026)	(5.550)
(-) PIS	(311)	(806)	(263)	(722)
(-) Cofins	(1.435)	(3.720)	(1.215)	(3.330)
Subtotal	43.696	113.264	37.005	101.023
Receitas com construção e infraestrutura (a)	30.975	93.804	44.094	121.472
Total	74.671	207.068	81.099	222.495

(a) De acordo com ICPC 01, a Companhia contabilizou nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 os valores de R\$ 93.804 e R\$ 121.422, respectivamente, referente à receita de construção de infraestrutura, tendo os custos com o mesmo valor, não gerando margem de lucro.

24. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	(2.602)	(8.320)	(2.951)	(9.082)
Serviços de terceiros	(1.844)	(5.859)	(1.719)	(5.099)
Seguros e garantias	(254)	(822)	(274)	(818)
Custos contratuais da concessão	(485)	(1.490)	(458)	(1.360)
Verba da polícia rodoviária federal	(202)	(649)	(205)	(719)
Materiais/equipamentos/veículos	(667)	(1.826)	(623)	(2.122)
Provisão para manutenção	-	(10.804)	(5.971)	(17.913)
Depreciação/amortização	(7.251)	(19.821)	(4.561)	(11.802)
Outros	(67)	(202)	(69)	(117)
Subtotal	(13.372)	(49.793)	(16.831)	(49.032)
Custos com construção e infraestrutura	(30.975)	(93.804)	(44.094)	(121.472)
Total	(44.347)	(143.597)	(60.925)	(170.504)

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 (em milhares de reais)

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Despesas gerais e administrativa				
Pessoal	(324)	(1.127)	(360)	(1.153)
Serviços de terceiros	(129)	(2.212)	(724)	(1.842)
Materiais/equipamentos/veículos	(188)	(918)	(314)	(829)
Depreciação e amortização	(3.052)	(9.155)	(5.739)	(17.222)
Provisão para contingências	(288)	(288)	(154)	(248)
Perdas de receitas de pedágio (i)	-	(775)	-	-
Outros	(304)	(893)	(242)	(717)
Total	(4.285)	(15.368)	(7.533)	(22.011)

(i) Após analisado pela equipe de C.C.A (Centro Controle de Arrecadação) apurou-se que os valores citados não serão recebidos pela empresa, devido ao final das tratativas e prazos para reaver as passagens.

25. Resultado financeiro

	01/07/2025 a 30/09/2025	01/01/2025 a 30/09/2025	01/07/2024 a 30/09/2024	01/01/2024 a 30/09/2024
Resultado financeiro				
Rendimento de aplicações financeiras	737	2.215	427	1.424
Descontos obtidos	29	43	31	45
Juros ativos	395	395	-	-
Receita financeira - AVP	-	1.802	2.649	7.993
Outras receitas financeiras	1	1	2	11
Total das receitas financeiras	1.162	4.456	3.109	9.473
PIS/Cofins sobre receitas financeiras	(55)	(135)	(21)	(71)
Despesas financeiras	(137)	(270)	(35)	(172)
Juros sobre debêntures	(8.642)	(29.757)	(428)	(1.398)
Juros Fornecedores	(1.680)	(5.605)	(1.088)	(3.592)
Atualização outorga fixa	(94)	(3.696)	(2.653)	(2.927)
Despesa financeira - AVP	(2.670)	(11.050)	(3.510)	(10.576)
Custo de transação debêntures	(604)	(1.745)	-	-
Custo de transação Financiamento - FDCO	(56)	(94)	-	-
Juros sobre empréstimos	(2.274)	(4.209)	(372)	(416)
Total das despesas financeiras	(16.212)	(56.561)	(8.107)	(19.152)
Resultado financeiro líquido	(15.050)	(52.105)	(4.998)	(9.679)

26. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41/IAS 33 (aprovado pela deliberação CVM nº 636 – “Resultado por ação”), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o período encerrado em 30 de setembro de 2025 e 2024.

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação:

	30/09/2025	30/09/2024
Básico		
Resultado do período	(3.093)	14.306
Número de ações durante o período (milhares)	166.010	146.010
(Prejuízo /Lucro) por ação – básico	(0,02)	0,10
Diluído		
Resultado do período utilizado na apuração do prejuízo por ação	(3.093)	14.306
Quantidade média ponderada de ações Ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo por ações (milhares)	166.010	146.010
(Prejuízo /Lucro) por ação – diluído	(0,02)	0,10

Não há diferença entre o lucro básico e o lucro diluído por ação, visto que a Companhia não possui potenciais instrumentos diluidores.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro por ação diluído, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções aos empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

27. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, como segue:

- **Fornecedores:** possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Notas explicativas da Administração às Informações financeiras intermediárias

Referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025 (em milhares de reais)

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente:

	Notas	30/09/2025		
		Valor justo através do resultado	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	Passivo financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.918	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	6	16.947		
Operações a receber	7	-	16.175	-
Outras contas a receber	-	-	818	-
	-	-	-	-
Passivos				
	-	-	-	-
Debêntures	19	-	-	(406.681)
Empréstimos e financiamentos	18	-	-	(64.640)
Fornecedores	13	-	-	(42.934)
Obrigações com o poder concedente	-	-	-	(985)
Outras contas a pagar	-	-	-	(4.481)
Total		22.865	18.300	(519.721)

Hierarquia de valor justo

A Companhia possui os saldos abaixo de instrumentos financeiros a custo amortizado através do resultado, os quais estão qualificados a seguir:

Nível 2	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Ativos			
Aplicações financeiras	5	277	3.755
Aplicações financeiras - vinculadas	6	16.947	14.135
Passivos			
Debêntures	19	(406.681)	(383.802)
Empréstimos e financiamentos	18	(64.640)	(7.558)

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** inputs, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Riscos de mercado**Exposição a riscos cambiais**

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações das taxas de juros das aplicações financeiras que são vinculadas ao CDI e à taxa Selic.

Em 30 de setembro de 2025, a administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas variações das taxas de juros das aplicações financeiras vinculadas ao CDI.

Análise de sensibilidade

Indicadores	30/09/2025			
	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (+50%)
CDI (1)	12,25%	15,31%	9,19%	18,38%
Receitas de Aplicações Financeiras	2.801	3.501	2.101	4.201
I.P.C.A (2)	4,27%	5,34%	3,20%	6,41%
Debêntures	(18.031)	(22.539)	(13.524)	(27.047)
F.D.C.O	(2.968)	(3.710)	(2.226)	(4.452)
Juros a Incorrer (*)	(20.999)	(26.249)	(15.750)	(31.499)
Juros a incorrer líquido das receitas de aplicações financeiras	(18.199)	(22.748)	(13.649)	(27.298)

Fonte Relatório Focus – Bacen;

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Exposição a riscos de créditos

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia não apresentava riscos de créditos.

Informações por segmentos de negócios

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitos.

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.

28. Cobertura de seguros

As coberturas de seguros, conforme apólices de seguros da Companhia, são compostas por:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia - contrato de concessão	mar/2025 a mar/2026	26.326
Riscos operacionais	mar/2025 a mar/2026	53.578
D&O	mar/2025 a mar/2026	20.000
Responsabilidade civil	mar/2025 a mar/2026	10.000
Risco de engenharia	mar/2025 a mar/2026	156.641

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade de acordo com a avaliação da administração.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Informações contábeis intermediárias, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

29. Benefícios aos empregados

A Companhia mantém os seguintes benefícios de curto prazo aos empregados e administradores: assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-alimentação.

Não é política da Companhia conceder benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, bem como remuneração baseada em ações. Nas rescisões de contrato de trabalho considera-se a legislação trabalhista em vigor.

30. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo estadual que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

* * *